

CONGRESSO NACIONAL

MPV-518

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00015

Data 03/02/2011	Medida Provisória nº 518 de 2010			
Autor Dep. Eduardo Gomes (PSDB/TO)				
1 🗌 Supressiva 2. 🗎 Substitutiva 3. Modificativa 4. 🗌 Aditiva			5. 🗌 Substitutivo global	
Página A	rtigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO JUSTIFICAÇÃO Dê-se ao parágrafo 1º do art. 4º, da Medida Provisória nº 518, de 2010, a seguinte redação: "Art. 4º () § 1º Concedida a autorização de que trata o caput, anotação da informação em bancos de dados independe autorização e de comunicação subsequentes ao cadastrado." JUSTIFICAÇÃO A presente emenda tem por finalidade esclarecer que, uma vez autorizado pela pessoa natural o repasse de informações e a conseqüente anotação de informações acerca de uma dada operação de crédito ou financeira em cadastro positivo, torna-se desnecessária a obtenção de nova anuência do cadastrado para anotações relacionadas à mesma operação em outros bancos de dados. Igualmente, não têm os gestores desses outros bancos de dado, ainda que não tenham sido expressamente mencionados na autorização do cadastrado, o dever de comunicar-lhe a abertura do cadastro. Desta forma dinamiza-se o mercado e contribui-se para o alcance de um efetivo cadastro positivo. A alteração proposta está, além disso, em harmonia com o § 2.º do art. 43 da Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor — CDC), que dispõe acerca da obrigatoriedade de comunicação por escrito ao consumidor acerca da abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo, somente guando por ele não solicitada. Disciplina-se, assim, o caso que o CDC não contempla, de solicitação pelo próprio consumidor.				
PARLAMENTAR				
Julio Julio				
Dep. Eduardo Gomes (PSDB/TO)				

